

HABEAS CORPUS Nº 502.270 - SP (2019/0094394-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ANDRE LUIS EVANGELISTA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS EVANGELISTA - SP268581
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIANS MOURA SOARES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WILLIANS MOURA SOARES no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante por estar na posse de "*19 porções de cocaína embaladas individualmente, pesando 3,57 gramas, além de R\$10,00 em dinheiro*" (e-STJ fls. 12/14), prisão essa posteriormente convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. Em sessão de julgamento realizada no dia 14 de março de 2019, a 6ª Câmara Criminal do Tribunal *a quo*, por unanimidade, denegou a ordem (e-STJ fls. 105/109).

No presente *writ*, a defesa alega que "*o requerente não apresenta quaisquer dos requisitos dispostos no art. 312 do CPP que comportem a decretação da prisão preventiva (impeditivos de concessão da liberdade provisória), e apresenta todos os requisitos legais necessários para a concessão da liberdade provisória, o que se pode comprovar pelos documentos em anexo ao pedido, como comprovante de residência fixa e comprovante de que trabalha*" (e-STJ fl. 56).

Sustenta, para tanto, que "*a persistência do mandado de prisão contra o ora paciente e eventual prisão e sua colocação no cárcere mostra-se como medida ilegal, já que não houve qualquer fundamentação judicial dos requisitos da preventiva e não se vislumbram motivos para que subsista, além do que fere de morte os direitos do requerente, haja vista que neste fato não está inserido, de modo escorreito, nenhum dos requisitos legitimadores da medida, reportados no inciso legal processual do artigo 312 do Código de Processo Penal*" (e-STJ fl. 65).

Postula a defesa, liminarmente, a revogação do decreto preventivo.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na espécie, verifico a presença de constrangimento ilegal apto a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, examinando os autos, estes foram os fundamentos adotados pelo juízo para a conversão da prisão em prisão preventiva (e-STJ fls. 13/14):

*A prisão em flagrante está formalmente em ordem, uma vez que foi realizada com base no artigo 302 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer irregularidade a ser declarada, de modo que deixo de relaxar a prisão cautelar do investigado. Também não é o caso de concessão de liberdade provisória, uma vez que não se afigura de plano, a presença de nenhuma causa de exclusão da punibilidade ou da culpabilidade nas condutas, estando, assim, presentes o requisito previsto no artigo 312 do Código de Processo Penal. De igual forma, não há que se falar em arbitramento de fiança ou aplicação de medidas cautelares. E mais, a Lei nº 8.072, de 25.07.1990, determina que o tráfico de entorpecentes, delito equiparado a crime hediondo, é insuscetível de fiança (artigo 2º, inciso II, pela redação dada pela Lei nº 11.464/07). No caso concreto, deve ser acolhida a manifestação do representante do Ministério Público, convertendo-se a prisão em flagrante em prisão preventiva, na forma do artigo 310, inciso II, da Lei nº 12.403/11, uma vez que há indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, consistentes no auto de prisão em flagrante delito, em que foram ouvidos policiais militares, além do boletim de ocorrência, laudo pericial de constatação provisória, verificando-se, mesmo em sede de cognição rasa, a presença dos requisitos para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, na forma do artigo 310, inciso II, da Lei nº 12.403/11, com a necessidade de estancamento da mercancia proscrita narrada nos autos. **Em prol da ordem pública, deve-se verificar que o autuado estaria na posse de razoável quantidade de droga, 19 porções de cocaína embaladas individualmente, pesando 3,57 gramas, além de R\$10,00 em dinheiro. Soma-se a isso a ausência de vínculos do autuado com a comarca, já que ele próprio afirmou não ter residência fixa e morar de favor na casa de um amigo, declarando ainda que seus pais residem um no estado do Pará e outro em Portugal, de modo que recomendável sua prisão cautelar para a garantia de aplicação da lei penal e conveniência da instrução processual. Por último, o crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006 é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos (artigo 313, I, CPP). Assim, nos termos da Lei nº 12.403/2011, que deu nova***

redação ao disposto no artigo 310 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante em preventiva de WILLIANS MOURA SOARES, qualificado nos autos, estando presentes os requisitos dos artigos 312 e 313 ambos do Código de Processo Penal, expedindo-se o respectivo mandado de prisão preventiva (grifei).

Como se vê, o Juízo de primeira instância não apontou nenhuma circunstância concreta que pudesse evidenciar a necessidade da custódia cautelar do paciente para o resguardo da ordem pública, da ordem econômica, para a conveniência da instrução processual ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos moldes do que preconiza o art. 312 do Código de Processo Penal.

Ao contrário, deteve-se o Juízo de piso a fazer ilações acerca da gravidade abstrata do crime de tráfico, a mencionar a prova de materialidade, os indícios de autoria e a invocar a quantidade dos entorpecentes apreendidos, o que, na hipótese específica dos autos, não constitui motivação suficiente para a segregação antecipada, sobretudo porque não há falar, no caso, em apreensão de elevada quantidade de drogas, já que foram encontradas com o paciente **19 porções de cocaína embaladas individualmente, pesando 3,57g (três gramas e cinquenta e sete centigramas).**

Ademais, é cediço, no âmbito desta Corte, que o *quantum* de droga apreendida, quando elevado, pode justificar a custódia cautelar para a garantia da ordem pública, por revelar a gravidade concreta da conduta. Todavia, essa não é a hipótese dos autos, pois se está diante, como dito, da apreensão de **3,57g (três gramas e cinquenta e sete centigramas) de cocaína.**

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida nesta insurgência, mostra-se imperioso o deferimento do pedido emergencial.

Ante o exposto, **defiro a liminar, em menor extensão**, a fim de assegurar que possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo do presente *habeas corpus* ou até que sobrevenha o esgotamento da instância ordinária, salvo se por outro motivo estiver preso.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor desta decisão.

Solicitem-se informações ao Tribunal a quo e ao Juízo de piso,

devendo esse último enviar a esta Corte cópia do auto de prisão em flagrante e da denúncia ofertada em desfavor do paciente.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

